



Número: **0016606-60.2019.8.17.9000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **5ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos**

Última distribuição : **30/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Competência da Justiça Estadual**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JUDITH MARIA DA SILVA (AGRAVANTE)		ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) AMANDA KARLA SOARES DA SILVA (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (AGRAVADO)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (AGRAVADO)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14499 206	22/01/2021 12:01	Decisão Terminativa	Decisão Terminativa

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0016606-60.2019.8.17.9000

AUTORA-AGRAVANTE: JUDITH MARIA DA SILVA

**RÉ-AGRAVADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A E MAPFRE VERA CRUZ
SEGURADORA S/A**

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

RELATOR SUBSTITUTO: DR. JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS COSTA

DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória do Juízo da 32ª Vara Cível da Capital – Seção B, nos autos da ação originária tombada sob o nº 0059360-62.2019.8.17.2001.

AÇÃO ORIGINÁRIA: Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

DECISÃO AGRAVADA: declinou da competência em favor de uma das Varas Cíveis da Comarca de Chã Grande.

RAZÕES RECURSAIS (ID 8763514):

- a) a competência territorial não é absoluta, não podendo ser reconhecida de ofício pelo juiz;
- b) a parte ré possui sede no Recife, não havendo vício de competência territorial.

CONTRARRAZÕES (ID 13017545): requer que seja negado provimento ao recurso.

É o relatório. Decido.

A controvérsia dos autos versa sobre a competência para julgamento de ação de cobrança do seguro DPVAT.

Sobre a matéria, transcrevo o art. 53, inc. V do Código de Processo Civil:

Art. 53. É competente o foro:

V – de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

Assim dispõe o art. 46 do CPC, que cuida da matéria:

Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro e domicílio do réu.

A considerar a natureza da ação, seu objeto e sua finalidade, e ainda diante do privilégio ao acesso da vítima no recebimento do seguro (DPVAT), é que se estabeleceu a faculdade de utilizar do critério previsto no art. 46 do Código de Processo Civil, qual seja, o domicílio do réu, caso lhe facilite o acesso ao Judiciário.

Ao caso, aplica-se a interpretação no sentido de considerar aleatória a opção do autor ao eleger o foro da filial ou sucursal da seguradora requerida para instrumentalizar sua pretensão e, assim, considerar exclusivamente o critério consubstanciado no citado art. 53, inc. III, 'b' do CPC.

No entanto, a escolha do requerente não está divorciada de qualquer parâmetro legal, ao eleger o foro onde se localiza a filial da seguradora, todavia, poderá fazê-lo quando não corresponder às três possibilidades legalmente autorizadas: domicílio do autor, local do fato ou domicílio do réu,



sendo esta última aquela eleita no caso em comento (sucursal).

A **Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça** prescreve que:

“Na ação de cobrança de seguro DPVAT, constitui faculdade do autor, escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.”

Por todo o exposto, com fulcro no art. 932, V, “a” do Código de Processo Civil, **DOU**

PROVIMENTO ao agravo de instrumento para reconhecer a competência do juízo singular para conhecer e decidir a causa.

Publique-se.

Recife,

JUIZ JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS COSTA
DESEMBARGADOR CONVOCADO

